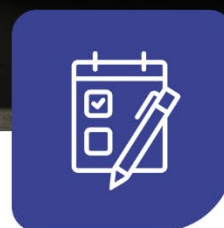




CS Rodovias
Rota da Integração



Construindo
o **futuro juntos.**



RELATÓRIO DE

Administração

CS RODOVIAS
ROTA DA INTEGRAÇÃO

Exercício Social 2025

Destaques Operacionais e Financeiros

As informações apresentadas neste documento correspondem aos resultados das operações da Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A., relativos ao período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025.

A Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A. (“**CS Rota da Integração**”), tem por objeto social, de forma única e exclusiva, a exploração da concessão dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário composto pelo LOTE 5: Rodovia MT-020: Trecho Fim da Pista Dupla (Paranatinga) – Entroncamento com a MT-326 (Canarana) com extensão de 279,78 km e Rodovia MT-326: Trecho Entroncamento com a BR-158 – Entroncamento com a MT-020, com extensão de 28,59 km, perfazendo a extensão total de 308,379 km, nos termos do contrato de concessão oriundo do Edital de Concorrência nº 56/2024 (“Contrato de Concessão”), publicado pelo Estado do Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA (“Poder Concedente”). A Companhia é controlada pela **CS INFRA S.A.** que detém 100% de participação da Companhia, a qual, por sua vez é controlada pela **Simpar S.A.**

Receita Líquida total: registrou R\$ 6,886 milhões, correspondentes ao reconhecimento de receita de construção, nos termos do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, sem geração de caixa no período, decorrentes dos custos de construção incorridos durante a fase pré-operacional.

Resultado Bruto: em 2025 foi apurado prejuízo bruto de (R\$ 0,498 milhão), refletindo os custos operacionais incorridos na estruturação e mobilização inicial do contrato, ainda sem a arrecadação tarifária de pedágios, a qual tem início previsto para o segundo semestre de 2026.

Endividamento total: R\$ 60 milhões em 2025, com liquidação prevista para dezembro de 2026, referente a empréstimo ponte (Notas Comerciais) contratado junto ao Banco da Amazonia S/A, destinado a suportar os investimentos iniciais previstos na fase de implantação do contrato.

O Capital Expenditure (“CAPEX”) registrado no ano foi de R\$ 6.886 milhões, de um total estimado de aproximadamente R\$ 300 milhões para os primeiros 5 anos da concessão, investidos nos trabalhos iniciais estabelecidos no contrato.



Mensagem da Administração

O Contrato de Concessão firmado junto ao governo do Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, tem como objetivo explorar os serviços públicos de operação, conservação, manutenção, ampliação e realização dos investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário composto pelo LOTE 5.

Os trechos que fazem parte da concessão estão inseridos em 4 municípios (Paranatinga, Canarana, Campinápolis e Água Boa), regiões com relevante participação na produção agropecuária estadual. A concessão representa um avanço significativo na infraestrutura da região, melhorando a qualidade das rodovias em um corredor estratégico para o escoamento da produção agropecuária do Estado.

A concessionária foi notificada em 06 de maio de 2025 do resultado do processo licitatório e foi orientada quanto a adoção das medidas necessárias à assinatura do contrato de concessão, oficializado em 1º de setembro de 2025. No restante do ano de 2025, iniciou-se a fase pré-operacional, dedicada à mobilização prévia, estruturação administrativa, implantação de sistemas e execução dos investimentos em projetos e trabalhos iniciais previstos contratualmente. Contudo, a concessionária ainda aguarda a liberação do termo de assunção para assumir a operação da rodovia.

A concessão dos trechos das rodovias MT-020 e MT-326 será realizada na modalidade de concessão comum. Nesta modalidade, o poder público transfere a execução de um serviço público para a iniciativa privada e a remuneração do concessionário ocorre principalmente por meio de tarifas pagas pelos usuários.

O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da assunção do sistema rodoviário, isto é, quando se verificar o cumprimento cumulativo das seguintes condições: (i) publicação do extrato do contrato no DOE e de sua divulgação no PNCP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da assinatura do contrato; (ii) assinatura do termo de arrolamento e transferência de bens; e a (iii) contratação do verificador independente.

Integram a concessão todos os elementos da faixa de domínio, além dos acessos, alças, edificações, terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas futuras áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão.

Para o cumprimento do objeto da concessão, serão realizadas as seguintes obras e serviços: recuperação do pavimento, alargamento e recuperação de pontes, implantação de acostamentos, implantação de interseções (tipo rotatória e trevos), implantação de 2 Bases de Suporte Operacional (BSO), implantação de 6 pórticos de Sistema de Cobrança sem Barreiras (Free Flow), implantação de 1 base de parada e apoio a caminhões, implantação de 1 pesagem dinâmica (HSWIM), implantação de Centro de Controle Operacional (CCO), revitalização de sinalização horizontal e vertical, implantação de defensas metálicas, manutenção e conservação dos trechos, socorro médico e mecânico, inspeção de tráfego e apoio no combate a incêndio.

Todos esses investimentos, representam um desenvolvimento estratégico na infraestrutura logística estadual, com foco na melhoria da qualidade da malha viária, elevação dos padrões de segurança e eficiência operacional, bem como no fortalecimento da conectividade regional e do escoamento da produção agrícola e industrial.



Sustentabilidade e Governança

No contrato de concessão, está previsto que a concessionária cumpra as melhores práticas nacionais e internacionais de responsabilidade ambiental, social e de governança, notadamente a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), bem como de padrões e parâmetros que venham a substituí-los.

No âmbito da responsabilidade ambiental, a concessionária compromete-se a:

- Implantar, no prazo máximo de 2 (dois) anos contados da data de assunção do trecho rodoviário, de um Sistema de Gestão da Qualidade e de Gestão Ambiental para todas as obras e serviços a serem executados, com base na norma NBR ISO 14.001 da ABNT e suas respectivas atualizações;
- Implantar, no prazo máximo de 2 (dois) anos contados da data de assunção do trecho rodoviário, de um Sistema de Gestão de Segurança Viária (SV) baseado na norma NBR ISO 39.001/2015, da ABNT;
- Elaborar anualmente Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), para fins de calcular e quantificar todas as emissões (em carbono equivalente), relativas às atividades de operação da concessionária, do ano anterior, a serem neutralizadas;
- Realizar a cada cinco anos, a compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) com o objetivo de neutralizar, no mínimo, as emissões decorrentes das atividades de operação do sistema rodoviário;
- Elaborar de um plano detalhado de Implantação de Estruturas para Gestão de Recursos Naturais e Eficiência Energética.

Fernando Antônio Quintas Alves Filho

Diretor Presidente



1. Principais destaques financeiros:

03 de abril À 31 de dezembro de 2025

Receita de prestação de serviços	-
Receita de construção	6.886
Receita bruta	6.886
(-) Deduções da receita	-
(=) Receita líquida	6.886
(-) Custos totais	(7.384)
Custo de serviços e construção	(7.384)
(=) Lucro bruto	(498)
<i>Margem Bruta</i>	<i>(7)%</i>
(-) Despesas operacionais antes do resultado financeiro	(1.416)
Despesas administrativas e comerciais	(1.416)
EBIT	(1.914)
<i>Margem EBIT</i>	<i>(9)%</i>
<i>Margem EBIT s/ receita líquida de serviços</i>	<i>(9)%</i>
(+) Resultado Financeiro	315
Receitas Financeiras	337
Despesa Financeiras	(21)
(=) Resultado antes dos impostos	(1.598)
Impostos e contribuições sobre o lucro	537
(=) Prejuízo do período	(1.061)
<i>Margem Líquida Total</i>	<i>(15)%</i>
EBITDA	(1.061)

Desempenho Econômico-Financeiro

A **receita líquida de prestação de serviços e construção** totalizou R\$ 6,886 milhões, integralmente relacionada ao reconhecimento contábil da receita de construção da fase pré-operacional, conforme metodologia aplicável às concessões de serviços públicos. A receita de prestação de serviços deverá iniciar-se após a implantação do sistema de arrecadação (Free Flow), condicionada ao cumprimento de condições precedentes previstas contratualmente.

Os **custos dos serviços prestados e construção** totalizaram R\$ 7,384 milhões, sendo R\$ 6,886 milhões referentes aos custos de construção da fase pré-operacional e R\$ 0,498 milhões relativos a custos operacionais iniciais (pessoal: salários, encargos e benefícios, infraestrutura: materiais, consumo e veículos: locação e combustível).

As **despesas administrativas e comerciais** registram um valor de R\$ 1,416 milhões, relacionadas principalmente à estruturação organizacional e suporte à implantação do contrato.

O **resultado financeiro** foi positivo em R\$ 0,315 milhão, decorrente, principalmente, das receitas de aplicações financeiras sobre os recursos captados, parcialmente compensadas por despesas financeiras com tarifas bancárias e encargos.



2. Investimentos

No exercício de 2025, foi realizado um CAPEX de R\$ 6,886 milhões, aplicados nas necessidades da fase pré-operacional do contrato, voltados basicamente a projetos e demandas dos trabalhos iniciais. A Administração avalia que os investimentos previstos para os primeiros anos da concessão exigirão estrutura de financiamento de longo prazo, cuja contratação está em fase de estruturação.

3. Gestão de capital

Além do cumprimento rigoroso de seus compromissos, junto aos fornecedores, prestadores de serviços e instituições financeiras, a concessionária sempre busca otimizar seus custos operacionais e despesas administrativas, por meio de programas internos voltados à eficiência e produtividade, além de iniciativas que objetivam melhorar o ciclo do capital de giro, através da negociação de prazos e formas de pagamento alinhadas às diretrizes corporativas, como também viabilizar o rigoroso cumprimento do orçamento financeiro planejado.

A Administração monitora de forma permanente o fluxo de caixa projetado, os indicadores de endividamento e a estrutura de capital, visando assegurar liquidez suficiente para o cumprimento das obrigações assumidas e para a execução do plano de investimentos.

4. Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) para assegurar que a prestação de outros serviços não afete sua independência e objetividade. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou exclusivamente serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

5. Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com a demonstração financeira individual relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Diretoria Executiva

Fernando Antônio Quintas Alves Filho

Diretor Presidente

Rodrigo Pinheiro Andrade

Diretor Administrativo Financeiro





Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

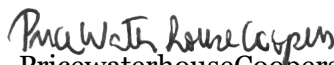


Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 31 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

DocuSigned by



Assinado por: PRISCILA DA COSTA E SILVA PASCHOAL GOMES 2525876996
CPF: 2525876996
Data/Hora da Assinatura: 31 Março 2026 18:18 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC.SERASA.RFB@v5

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

Índice

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	6
Notas explicativas à Demonstração financeira	7

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Balço patrimonial de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025		Nota	31/12/2025
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	61.895	Fornecedores	10	822
Adiantamento a terceiros		43	Empréstimos	11	59.863
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		47	Obrigações sociais e trabalhistas	12	346
Outros créditos	6	238	Tributos a recolher	13	201
Total do ativo circulante		62.223	Partes relacionadas	14.1	2.161
			Total do passivo circulante		63.393
Ativo Não Circulante			Patrimônio líquido		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	537	Capital Social	15	8.094
		537	Prejuízos acumulados	15	(1.061)
Imobilizado	8	452	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		7.033
Intangível	9	7.214	Total do patrimônio líquido		7.033
Total do ativo permanente		7.666	Total do passivo e patrimônio líquido		70.426
Total do ativo		70.426			

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.
Demonstração do resultado

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



	Nota	21 de maio a 31 de dezembro de 2025
Receita líquida de construção		6.886
Custos de construção	16	(6.886)
Custos de prestação de serviços	16	(498)
Total dos custos de prestação de serviços e construção		(498)
Resultado bruto		(498)
Despesas administrativas	16	(1.416)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		(1.914)
Receitas financeiras	17	337
Despesas financeiras	17	(21)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.598)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	537
Total do imposto de renda e da contribuição social		(1.061)
Resultado líquido do exercício		(1.061)

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Resultado líquido do exercício
Outros resultados abrangentes
Resultado abrangente do exercício

	21 de maio a 31 de dezembro de 2025
	(1.061)
	-
	<u>(1.061)</u>

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Lucros / Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 21 de maio de 2025		-	-	-
Total resultados do exercício, líquido de impostos		-	-	-
Aumento de capital	15	80.941	-	80.941
(-) Capital social a integralizar	15	(72.847)	-	(72.847)
Prejuízo do exercício		-	(1.061)	(1.061)
Total resultados do exercício, líquido de impostos		-	(1.061)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025		8.094	(1.061)	7.033

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.599)
Ajustar para:		-
		<u>(1.599)</u>
Variação de ativo e passivo:		
Fornecedores	18.1	822
Obrigações trabalhistas e tributárias	12 e 13	547
Adiantamento à terceiros		(43)
Outras contas a pagar	14.1	2.161
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		<u>(291)</u>
		1.597
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		<u>(47)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		1.550
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	8 e 9	<u>(7.339)</u>
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		(7.339)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	16	8.094
Captação de empréstimos, financiamentos e debentures	11.1	<u>59.590</u>
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		67.684
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>61.896</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício		-
No final do exercício		<u>61.896</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>61.896</u></u>

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



1. Informações gerais

A Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A. ("Companhia" ou "Rota da Integração") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 21 de maio de 2025, com sede no Estado do Mato Grosso, Brasil.

A Companhia é controlada pela CS Infra S.A., que detém 100% de seu capital social.

O objeto social da Companhia consiste na exploração dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção, ampliação e realização dos investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário objeto do Contrato de Concessão celebrado com o Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional, dedicada à mobilização inicial, estruturação administrativa, implantação de sistemas e execução dos investimentos previstos contratualmente. Nessa data, a Companhia ainda não havia assumido a operação do sistema rodoviário concedido, tampouco iniciado a arrecadação de receitas de pedágio.

A demonstração financeira foi elaborada com base no pressuposto da continuidade operacional.

1.1 Contrato de concessão

Em 1º de setembro de 2025, a Companhia celebrou com o Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, o Contrato de Concessão dos serviços públicos de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário correspondente ao Lote 5.

O objeto da concessão compreende:

- Rodovia MT-020 – trecho do fim da pista dupla (Paranatinga) até o entroncamento com a MT-326 (Canarana), com extensão de 279,78 km;
- Rodovia MT-326 – trecho do entroncamento com a BR-158 até o entroncamento com a MT-020, com extensão de 28,59 km;

Perfazendo extensão total de 308,379 km.

Nos termos do item 5.1.1 do Contrato, também integram o escopo:

- Rodovia MT-129 – do entroncamento com a MT-020 até o início do perímetro urbano de Gaúcha do Norte, com extensão aproximada de 118 km;
- Rodovia MT-427 – do final do perímetro urbano de Gaúcha do Norte até o entroncamento com a MT-020, com extensão aproximada de 81 km.

O contrato prevê ainda a possibilidade de incorporação de novos trechos rodoviários, desde que atendidos critérios técnicos relacionados à conectividade regional, mitigação de rotas de evasão e melhoria da capacidade e segurança viária.

O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data de assunção da operação do sistema rodoviário.

O valor estimado do contrato, na data-base de janeiro de 2025, é de R\$ 4.556.725.275,00.

Nos termos da ICPC 01 (R1), a infraestrutura concedida não é reconhecida como ativo imobilizado, uma vez que o Poder Concedente mantém o controle sobre os serviços prestados e sobre o ativo ao término do prazo contratual.

Os investimentos realizados são reconhecidos como ativo intangível, pois conferem à Companhia o direito de cobrar dos usuários pelos serviços a serem prestados ao longo do prazo da concessão.

Durante a fase pré-operacional, a receita de construção é reconhecida, quando aplicável, conforme o CPC 47, pelo valor correspondente aos custos incorridos, não sendo reconhecida margem nessa etapa.

A amortização do ativo intangível terá início a partir da data de início da operação comercial, considerando o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros.

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



A Administração monitora periodicamente as projeções econômico-financeiras do contrato para avaliar a recuperabilidade do ativo intangível, nos termos do CPC 01.

Ao término do prazo contratual, os bens reversíveis serão revertidos ao Poder Concedente nas condições previstas contratualmente.

2. Base de preparação e apresentação da demonstração financeira e práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – “CPC”)

As demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A. (“Companhia”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC;

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias da Demonstração financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, o qual pressupõe que a Companhia continuará em operação no futuro previsível e realizará seus ativos e liquidará seus passivos no curso normal dos negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e ainda não havia assumido a operação do sistema rodoviário concedido, não tendo, portanto, iniciado a geração de receitas operacionais.

Nessa data, a Companhia apresentou:

- Prejuízo líquido no exercício de R\$ (1.061);
- Capital circulante líquido (“CCL”) negativo, no valor de R\$ (8.094) representado pelo excesso do passivo circulante sobre o ativo circulante na data-base.

O capital circulante líquido negativo decorre, substancialmente, da estrutura de financiamento adotada para suportar os investimentos iniciais da concessão e do estágio pré-operacional do contrato, no qual os desembolsos ocorrem anteriormente ao início da geração de receitas.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Concessionária com base nas condições existentes na referida data. Essa avaliação considerou a expectativa de assunção da rodovia no primeiro trimestre de 2026, após assinatura do termo de arrolamento e transferência de bens, e a obtenção de recursos de terceiros durante 2025 destinados ao financiamento dos investimentos iniciais do PER do Lote 5 (MT-020 e MT-326), no montante de R\$ 60 milhões, por meio de Nota de Crédito Comercial junto ao Banco da Amazônia S/A (Nota 11), na modalidade de empréstimo ponte.

A Concessionária encontra-se em fase de execução das ações preparatórias, com previsão de início da operação rodoviária em abril de 2026 e início da cobrança de pedágio estimado para junho de 2026. A Administração conclui que a geração de caixa projetada, somada à contratação de financiamento de longo prazo no valor aproximado de R\$ 250 milhões — parte via Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), intermediado pelo Banco da Amazônia S/A, e parte via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, por meio do Banco do Brasil S/A — é suficiente para suportar os compromissos financeiros da Concessionária.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros, tais como títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e premissas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou aquelas cujas premissas e estimativas são relevantes para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, determinada com base no ambiente econômico principal no qual a Companhia opera.

Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são mensuradas ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável, sendo os rendimentos reconhecidos no resultado do exercício.

2.6 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros decorrentes de seu uso ou alienação. Eventual ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício social e ajustados prospectivamente, quando necessário.

Também integram o imobilizado, equipamentos e peças destinadas às obras de ampliação armazenadas em almoxarifado, mensuradas ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor realizável líquido. O custo inclui aquisição, transporte e armazenagem.

2.7 Intangível

Refere-se, substancialmente, aos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados ao custo e, posteriormente, apresentados líquidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida de forma sistemática ao longo do prazo da concessão ou da vida útil estimada do ativo.

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL")

O imposto de renda e a contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos, reconhecidos no resultado do exercício.

O imposto corrente é calculado com base na legislação vigente na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições fiscais assumidas pela Companhia, reconhecendo provisões quando aplicável.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser utilizados.

As alíquotas aplicáveis são:

- IRPJ: 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 mil ao ano;
- CSLL: 9%.

A compensação de prejuízos fiscais e bases negativas está limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.9 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados conforme CPC 20. Os demais custos são reconhecidos como despesa quando incorridos.

2.10 Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando:

- existe obrigação presente (legal ou não formalizada),
- seja provável a saída de recursos,
- e o valor possa ser estimado com confiabilidade.

Reembolsos são reconhecidos como ativo separado quando for praticamente certo que serão recebidos.

2.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos são classificados como mensurados ao custo amortizado

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia desreconhece um empréstimos quando a obrigação contratual é liquidada, cancelada ou expira.

Os custos de empréstimos, incluindo encargos financeiros e variações monetárias e cambiais, quando diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou desenvolvimento de ativos qualificáveis — especialmente relacionados à infraestrutura da concessão da Rota da Integração — são capitalizados como parte do custo desses ativos durante o período de construção.

A capitalização desses custos é iniciada quando os dispêndios com o ativo e os custos de empréstimos são incorridos, e as atividades necessárias para preparar o ativo para seu uso pretendido estão em andamento. A capitalização é suspensa durante períodos prolongados em que o desenvolvimento do ativo é interrompido e cessada quando, substancialmente, todas as atividades necessárias para colocar o ativo em condições de uso estão concluídas.

Os demais custos de empréstimos que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa no resultado do período em que são incorridos.

2.12 Contrato de concessão

A Companhia é parte em contrato de concessão de serviço público, por meio do qual é responsável pela construção, ampliação, operação e manutenção da infraestrutura durante o prazo da concessão. O poder concedente regula os serviços prestados, estabelece os padrões de desempenho e mantém o controle residual da infraestrutura ao término do contrato.

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Em conformidade com as diretrizes estabelecidas na ICPC 01 (R1), em conjunto com o OCPC 05, a infraestrutura objeto da concessão não é reconhecida como ativo imobilizado da Companhia, uma vez que esta não detém o controle sobre o referido ativo. Dessa forma, os investimentos realizados são registrados como ativo intangível, considerando que a contraprestação da Companhia decorre substancialmente do direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados.

Receita e custo de construção

Durante a fase de construção ou ampliação da infraestrutura, a Companhia reconhece receita de construção ao longo do tempo, com base no custo incorrido na execução das obras.

Conforme prática usual no setor de concessões, a margem associada à atividade de construção é considerada nula ou imaterial, uma vez que a Companhia não auferir retorno econômico relevante na fase de construção, sendo sua rentabilidade gerada predominantemente durante a fase operacional da concessão.

Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita de construção reconhecida foi integralmente compensada pelos respectivos custos de construção, não gerando qualquer impacto líquido no resultado do exercício.

Os desembolsos relacionados à infraestrutura são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como atividades de investimento, conforme o CPC 03.

2.13 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos.

São inicialmente reconhecidos ao valor justo acrescido dos custos de transação (exceto quando classificados ao valor justo por meio do resultado).

Classificação subsequente:

- Custo amortizado: quando mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros (SPPI test).
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando não atendem aos critérios de custo amortizado ou quando designados nessa categoria.

Reclassificações ocorrem apenas quando há mudança no modelo de negócios.

Compensação é realizada somente quando houver direito legalmente executável e intenção de liquidação líquida.

2.14 Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas.

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para identificar indícios de perda por redução ao valor recuperável. Caso identificados, o valor recuperável é estimado como o maior entre valor em uso e valor justo líquido de despesas de venda.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração exerceu julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Essas estimativas e premissas são baseadas na melhor avaliação da Administração, considerando experiências passadas, expectativas futuras e outras circunstâncias consideradas relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente, conforme aplicável.

As principais áreas que envolveram julgamentos significativos estão descritas a seguir:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



a) Contabilização do contrato de concessão

A contabilização do contrato de concessão é realizada de acordo com a interpretação técnica ICPC 01.

A aplicação dessa interpretação requer julgamentos relevantes por parte da Administração, principalmente quanto a:

- Avaliação do controle exercido pelo poder concedente sobre os serviços prestados;
- Determinação da natureza da contraprestação recebida (ativo intangível ou ativo financeiro);
- Classificação dos investimentos em infraestrutura;
- Identificação das obrigações de desempenho relacionadas à construção e operação.

A Companhia concluiu que a remuneração do contrato decorre substancialmente do direito de cobrança aos usuários, caracterizando o reconhecimento de ativo intangível.

Adicionalmente, a Administração exerce julgamento quanto à mensuração da receita de construção e à inexistência de margem relevante nessa fase, considerando que a rentabilidade do contrato está concentrada na fase operacional da concessão.

No que se refere à Demonstração dos Fluxos de Caixa, os desembolsos relacionados à construção da infraestrutura são classificados como atividades de investimento, em conformidade com o CPC 03, por representarem aplicação de recursos destinada à geração de benefícios econômicos futuros..

b) Reconhecimento de ativo intangível

O reconhecimento do ativo intangível exige julgamento quanto ao momento em que os gastos de construção e melhoria passam a atender aos critérios de capitalização estabelecidos no CPC 04 e na ICPC 01.

A Administração avalia:

- A existência de obrigação contratual de construir ou melhorar a infraestrutura;
- O estágio de execução das obras;
- A probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros;
- A capacidade de mensuração confiável dos custos incorridos.

O ativo intangível é reconhecido à medida que os serviços de construção são prestados, tendo como contrapartida a receita de construção reconhecida ao longo do tempo.

As adições subsequentes ao ativo intangível somente são reconhecidas quando relacionadas a obras de ampliação ou melhoria da infraestrutura que apresentem potencial de geração de receita adicional ou extensão do prazo contratual. Obrigações futuras previstas contratualmente não são reconhecidas antecipadamente, mas apenas quando da efetiva prestação do serviço de construção.

4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

4.1 Normas e alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025

As seguintes alterações de normas contábeis são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025:

Alterações no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023 foi adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

4.2 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- a) CPC 51/IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: essa nova norma substituirá o CPC26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos destinados a aprimorar a comparabilidade

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



do desempenho financeiro entre entidades semelhantes e proporcionar informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do CPC 26.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 e serão reapresentadas de acordo com o CPC 51.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.

- b) Alterações aos IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Evidenciação” para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações:
 - (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
 - (b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de comente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
 - (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
 - (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- c) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Companhia está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



	31/12/2025
Caixa	-
Bancos	2.000
Total de Disponibilidades	2.000
CDB - Certificado de depósito bancário	20
Operações Compromissadas, lastreadas em debêntures (i)	59.876
Total de Aplicações financeiras	59.896
Total	61.896

(i) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio dos papéis alocados em fundos e aplicações, foi de 13,5% a.a.

6. Outros Créditos

	31/12/2025
Cauções Imobiliários (i)	157
Partes relacionadas (nota 14.1)	80
Total	238
Circulante	238
Total	238

(i) Refere-se às garantias de aluguel que vencem em 31 de outubro de 2026 para o escritório administrativo e galpão operacional.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2025
Imposto diferido ativo	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	537
Total do imposto diferido ativo	537

7.1 Movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controlada
Saldos em 21 de maio de 2025	-
Reclassificações do imposto entre diferido e corrente	-
IRPJ/CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	537
Saldos em 31 de dezembro de 2025	537

7.2 Cronograma do Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Total
Valores totais líquidos	537	-	-	537

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

**7.3 Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social**

	31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.598)
Alíquotas nominais	34%
IRPJ E CSLL calculados às alíquotas nominais	543
(Adições) exclusões permanentes	
Despesas indedutíveis e outras exclusões/adições	(6)
IRPJ e CSLL apurados	537
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	537
IRPJ E CSLL no resultado	537
Alíquotas efetivas	(34%)

8. Imobilizado

A movimentação para o período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

Custo:	Veículos	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Total
Em 21 de maio de 2025	-	-	-	-
Adições (i)	74	331	47	452
Transferências	-	-	-	-
Transferências intangível	-	-	-	-
Baixa de ativos e outros	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	74	331	47	452
Depreciação acumulada:				
Em 21 de maio de 2025	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Transferências intangível	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	-	-
Saldos líquidos:				
Saldos em 21 de maio de 2025	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	74	331	47	452
Taxa média calc de depreciação (%)				

(i) As adições ao imobilizado ocorreram em dezembro de 2025 e, como a depreciação se inicia apenas no mês subsequente à aquisição, não há depreciação registrada no exercício de 2025

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

**9. Intangível**

A movimentação para o período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

Custo:	Softwares	Contrato de concessão	Intangível em andamento	Total
Em 21 de maio de 2025	-	-	-	-
Adições (nota 16)	-	-	6.886	6.886
Juros capitalizados (i)	-	-	328	328
Baixa, transferências e outros	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	7.214	7.214
Amortização acumulada				
Em 21 de maio de 2025	-	-	-	-
Despesas de amortização no exercício	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	7.214	7.214
Saldos líquidos:				
Saldos em 21 de maio de 2025	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	7.214	7.214
Taxa média de amortização (%)	-	-	-	-

(i) Os juros capitalizados é composto por R\$264 mil de juros sobre notas comerciais, R\$8 mil de despesas com captações de empréstimos e R\$55 mil de despesa de taxas de manutenção de dívidas.

10. Fornecedores

	31/12/2025
Serviços contratados	454
Peças e manutenção	17
Partes relacionadas (nota 14.1)	200
Outros	151
Total	822

11. Empréstimos

Modalidade	Taxa média	Estrutura taxa média a.a.	Vencimento	Moeda	31/12/2025
Notas Comerciais (i)	14,90%	CDI+ 1,94%	19/12/2026	R\$	59.863
Em moeda nacional	-	-	-	-	59.863
Total	-	-	-	-	59.863

(i) Nota de crédito comercial com o Banco da Amazônia S.A., contendo a holding CS Infra como garantidora, com remuneração correspondente à 100% da taxa DI acrescida de spread de 1,94% e com base 252 dias úteis. Os recursos obtidos possuem destinação que inclui o reforço de capital de giro e destinado aos investimentos dos trabalhos iniciais do programa de exploração rodoviária do Lote 5 MT 020 e MT 326.

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)**11.1 Movimentação dos Empréstimos**

	31/12/2025
Empréstimos e financiamentos no início do exercício	
Novas Captações	59.590
Juros apropriados (i)	273
Empréstimos e financiamentos no encerramento do exercício	59.863

(i) Os juros apropriados ao resultado ao longo do exercício de 2025 foram integralmente capitalizados no ativo intangível, conforme detalhado na (nota 9). Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas financeiras (covenants) na data-base das demonstrações financeiras.

12. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2025
Salários	133
Provisão de férias e 13º salário	126
INSS	72
FGTS	15
Outros	-
Total	346
Circulante	346
Não circulante	-
Total	346

13. Tributos à Recolher

	31/12/2025
PIS e COFINS	30
ICMS	70
IRRF	85
ISS	5
Outros	11
Total	201
Circulante	201
Não circulante	-
Total	201

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

**14. Partes Relacionadas****14.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)**

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e referem-se, substancialmente, a operações de compartilhamento de despesas administrativas e operacionais, locação de veículos destinados às atividades operacionais e fornecimento de bens e serviços entre empresas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo	
	Partes relacionadas a receber		Fornecedores	Outras contas à pagar
	31/12/2025		31/12/2025	31/12/2025
Ciclus Amazônia	80	-	-	5
Movida Participações	-	-	-	15
CS Infra	-	197	-	2.065
CS Mobi Cuiabá	-	-	-	76
SIMPAR	-	3	-	-
Total	80	200	200	2.161
Circulante	80	200	200	2.161
Total	80	200	200	2.161

14.2 Saldos com partes relacionadas (resultado)

	Locação de Veículos	Despesas Administrativas, comerciais e recuperação de despesas
	31/12/2025	31/12/2025
Movida Participações	19	27
Total	19	27
Circulante	19	27
Total	19	27

14.3 Remuneração da administração

	31/12/2025
Remuneração fixa	226
Encargos e benefícios	1
Total	227

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

**15. Patrimônio Líquido****15.1 Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 80.941 mil, representado por 80.941.483 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade de sua controladora, CS Infra S.A, dos apenas R\$ 8.094 mil foi integralizado.

A Companhia foi constituída em 21 de maio de 2025, sendo que, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2025, foi deliberada a fixação do capital social subscrito no montante de R\$ 80.941 mil, mediante emissão de 80.941.483 ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 por ação.

Em 09 de junho de 2025 foi integralizado R\$ 8.094 mil em moeda corrente nacional, o restante de R\$ 72.847 mil será integralizado em até 5 (cinco) parcelas anuais de R\$ 14.569 mil cada, sendo a primeira parcela devida em 13 meses contados da data da AGE e as demais nas mesmas datas dos exercícios subsequentes.

15.2 Prejuízos acumulados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 1.061 mil, o qual foi integralmente reconhecido na rubrica de prejuízos acumulados. Considerando a existência de prejuízos acumulados, não houve constituição de reserva legal no exercício, nos termos do artigo 189 da Lei nº 6.404/1976.

16. Gastos por Natureza

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2025
Pessoal e encargos	1.331
Serviços contratados	6.155
Peças, pneus e manutenções	302
Fretes, combustíveis e lubrificantes	9
Material de consumo	354
Comunicação, propaganda e publicidade	19
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	130
Aluguéis de imóveis	71
Viagens e estadias	257
Impostos e taxas	5
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	(5)
Outros custos	172
	8.800
Custo de construção e prestações de serviços (Nota 9)	(6.886)
Custo de prestações de serviços	(498)
Despesas administrativas	(1.416)
	(8.800)

17. Resultado Financeiro

	31/12/2025
Receitas financeiras	
Aplicações financeiras	337
Receitas financeiras	337
Despesas financeiras	
Juros e encargos sobre Impostos e transações financeiras	(16)
Outras despesas financeiras	(5)
Despesas financeiras	(21)

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

**Resultado financeiro líquido****316****18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos****18.1 Instrumentos financeiros por categoria**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis

	Mensuração do valor justo	31/12/2025		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	-	61.896	61.896	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	80	80	Custo amortizado
Total		61.976	61.976	
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	822	822	Custo amortizado
Empréstimos	-	59.863	69.521	Custo amortizado
Partes Relacionadas	-	2.161	2.161	Custo amortizado
Total		62.846	72.701	

18.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia se referem a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Companhia possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora Simpar, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração da controladora Simpar autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que poderia resultar em prejuízo financeiro para a Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a depósitos em instituições bancárias e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

Na data-base, a Companhia não possui saldo de contas a receber, tendo em vista que se encontra em fase inicial de operação da concessão, com geração ainda incipiente de receitas.

i. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

O risco de crédito associado aos saldos mantidos em bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, com base em diretrizes corporativas de gestão financeira.

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Os recursos financeiros são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, previamente aprovadas, com o objetivo de minimizar riscos de concentração e perdas decorrentes de eventual inadimplemento da contraparte.

Na data-base, a Companhia não possui aplicações relevantes classificadas como títulos e valores mobiliários, mantendo seus recursos majoritariamente em instrumentos de alta liquidez e baixo risco.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada corresponde ao prazo contratual dos instrumentos financeiros.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de *ratings*, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"	
Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de investimento de elevado
Br A+, A, A-	Grau de investimento médio elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de investimento médio baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de não investimento especulativo
Br B+, B, B-	Grau de não investimento altamente especulativo
Br CCC	Grau de não investimento extremamente especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de não investimento especulativo de moratoria

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	31/12/2025
Valores depositados em conta corrente	2.000
Br AAA	59.896
Total de aplicações financeiras	59.896
Total de caixa e equivalentes de caixa	61.896

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem em função de alterações nos preços de mercado.

Na fase atual da concessão, a exposição da Companhia ao risco de mercado é limitada, uma vez que:

- não possui instrumentos financeiros complexos;
- não realiza aplicações relevantes em títulos e valores mobiliários;
- não possui operações com instrumentos derivativos.

i. Risco de variação de taxa de juros

O risco de taxa de juros refere-se à possibilidade de variação no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros em decorrência de mudanças nas taxas de juros de mercado.

Na data-base, a exposição da Companhia a esse risco é reduzida, uma vez que seus ativos financeiros estão concentrados em instrumentos de liquidez imediata e não há passivos financeiros sujeitos a taxas de juros.

Eventuais exposições futuras poderão surgir com a contratação de financiamentos de longo prazo.

c) Risco de liquidez

Concessionária de Rodovias Rota da Integração SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 21 de maio a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2025				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	822	822	822	-	-
Empréstimos	59.863	69.521	69.521	-	-
Partes relacionadas	213	213	213	-	-
Outras contas a pagar	2.161	2.161	2.161	-	-
Total	63.059	72.717	72.717	-	-

19. Cobertura de seguros

A Companhia possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Garantia	Local (UF)	Importância segurada	Vigência
SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL - PARANATINGA	MT	60.000	01/09/2025 A 01/09/2026
Responsabilidade Civil Operações	MT	5.000	29/08/2025 A 29/08/2026
Empregador	MT	5.000	29/08/2025 A 29/08/2026
Danos a Terceiros decorrentes de Poluição Ambiental Acidental e Súbita	MT	5.000	29/08/2025 A 29/08/2026

20. Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos ocorridos após 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão desta demonstração financeira e não identificou eventos subsequentes que requeassem ajustes ou divulgações adicionais.

Certificate Of Completion

Envelope Id: 05F65137-B555-454D-B2B1-715E59546D95

Status: Completed

Subject: Complete with Docusign: ROTAINTEGRACAOSPE25.DEZ_31_03.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Outros

Source Envelope:

Document Pages: 32

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Neusa Volpi

AutoNav: Enabled

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Envelopeld Stamping: Enabled

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, São Paulo 04538-132

neusa.volpi@pwc.com

IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original

31 March 2026 | 17:59

Holder: Neusa Volpi

neusa.volpi@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

31 March 2026 | 18:18

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes

priscila.paschoal@pwc.com

Partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil

Issuer: AC SERASA RFB v5

Subject: CN=PRISCILA DA COSTA E SILVA PASCHOAL GOMES:25258876896

Signature

DocuSigned by:



089A49C43A874FA...

Signature Adoption: Drawn on Device

Using IP Address: 134.238.160.120

Certificate policy:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://publicacao.certificadodigital.com.br/r>

[epositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf](http://publicacao.certificadodigital.com.br/reppositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf)

Timestamp

Sent: 31 March 2026 | 18:01

Viewed: 31 March 2026 | 18:14

Signed: 31 March 2026 | 18:18

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Neusa Volpi neusa.volpi@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 31 March 2026 18:18 Viewed: 31 March 2026 18:18 Signed: 31 March 2026 18:18
Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign		

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2026 18:01
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2026 18:14
Signing Complete	Security Checked	31 March 2026 18:18
Completed	Security Checked	31 March 2026 18:18

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------